



CRESCIMENTO. A VISÃO DA INDÚSTRIA

RESUMO EXECUTIVO

BRASÍLIA, 2006

CRESCIMENTO. A VISÃO DA INDÚSTRIA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

PRESIDENTE, em exercício

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA

1º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO RENAN ORONÓZ PROENÇA

VICE-PRESIDENTES

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS
JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO
ABELÍRIO VASCONCELOS DA ROCHA
FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA
FERNANDO CIRINO GURGEL
ALFREDO FERNANDES
JOSÉ NASSER
FERNANDO ANTONIO VAZ
JOÃO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE
CARLOS SALUSTIANO DE SOUSA COELHO

1º SECRETÁRIO

LOURIVAL NOVAES DANTAS

2º SECRETÁRIO

JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º TESOUREIRO

ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN

2º TESOUREIRO

PAULO AFONSO FERREIRA

DIRETORES

JORGE PARENTE FROTA JÚNIOR
JORGE MACHADO MENDES
IDALITO DE OLIVEIRA
SIVALDO DA SILVA BRITO
DAGOBERTO LIMA GODOY
OSVALDO MOREIRA DOUAT
LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
CARLOS ANTÔNIO DE BORGES GARCIA
FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO
ANTONIO FÁBIO RIBEIRO
JORGE ALOYSIO WEBER
OLAVO MACHADO JÚNIOR
JORGE WICKS CÔRTE REAL

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

JULIO AUGUSTO MIRANDA FILHO
JOSÉ BRÁULIO BASSINI
ADALBERTO DE SOUZA COELHO

SUPLENTE

FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA
JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO



Confederação Nacional da Indústria

CRESCIMENTO. A VISÃO DA INDÚSTRIA

RESUMO EXECUTIVO



BRASÍLIA, 2006

© 2006. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Mecanismo de *Follow-up*

A CNI acompanhará a implementação dessa agenda por meio do Sistema de Gestão do Mapa Estratégico da Indústria.

FICHA CATALOGRÁFICA

C748

Confederação Nacional da Indústria.
Crescimento. A visão da indústria: resumo executivo. –
Brasília: CNI, 2006.

66 p. : il.

1. Política Industrial I. Título

CDU: 338.45.01

CNI

Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte
Quadra 1, Bloco C,
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9001
Fax: (61) 3317- 9994
<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tel.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

LISTA DE SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACV	Análise do Ciclo de Vida
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DNIT	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes
EUA	Estados Unidos da América
FGPC	Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNI	Fórum Nacional da Indústria
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ITBI	Imposto sobre transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso
ITCM	Imposto de Transmissão de Causa Mortis
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IVA	Imposto sobre Valor Agregado
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento

P&D	Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética
P+L	Produção Mais Limpa
PBAC	Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade
PBN	Programa Brasileiro de Normalização
PIB	Produto Interno Bruto
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei iniciado no Senado
Prominp	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
RMV	Renda Mensal Vitalícia
Siscomex	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TIB	Tecnologia Industrial Básica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A VISÃO DA INDÚSTRIA 11

OS DESAFIOS À NOSSA FRENTE 13

NOVA GOVERNANÇA MACROECONÔMICA E O AMBIENTE INSTITUCIONAL
PRÓ-CRESCIMENTO 17

AS 10 PRIORIDADES 29

1. REDUÇÃO DO GASTO PÚBLICO 33

2. TRIBUTAÇÃO 37

3. INFRA-ESTRUTURA 41

4. FINANCIAMENTO 45

5. RELAÇÕES DE TRABALHO 47

6. DESBUROCRATIZAÇÃO 49

7. INOVAÇÃO 53

8. EDUCAÇÃO 57

9. POLÍTICA COMERCIAL DE ACESSO A MERCADOS 59

10. MEIO AMBIENTE 63

APRESENTAÇÃO

A indústria e o Brasil querem crescer. O baixo crescimento da economia nos últimos dez anos dificulta a capacidade de o País gerar empregos e de criar uma sociedade mais justa.

A única forma sustentável de gerar riqueza é por meio do setor privado. Um clima de investimentos desfavorável desestimula os empreendedores e cria obstáculos à criação dos empregos que financiarão os gastos sociais e os serviços que beneficiam a sociedade. A máquina do crescimento são as empresas.

Crescer não é apenas uma expressão de vontade. É produto de ações. A visão da indústria não simplifica os desafios da agenda do crescimento. Mas reconhece que o trabalho começa com a visão política e estratégica sobre os problemas a serem superados e enfrentados.

A indústria tem uma agenda. A sua visão de longo prazo está contida no Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015). Neste documento, apresentamos as prioridades necessárias para gerar a ignição do crescimento. São prioridades identificadas a partir do Mapa. Este trabalho é o produto de contribuições de numerosos empresários e organizações empresariais da indústria - federações e associações setoriais. É um trabalho em desenvolvimento.

É momento de juntar forças. Mudanças de governo são momentos especiais. Há uma renovação de esperanças. É o momento em que os governos têm o seu mais alto capital político. Para superar os problemas, é fundamental que as forças políticas da nação e da sociedade civil alinhem-se em torno de uma agenda comum e desenvolvam um processo de negociação capaz de avançar a agenda modernizadora.

O tempo político não é o tempo econômico. A velocidade das mudanças institucionais no Brasil é lenta. Os efeitos das mudanças econômicas e tecnológicas têm, no entanto, efeitos imediatos. Elevar a velocidade das reformas e criar instituições mais flexíveis são nossos principais desafios para gerar condições para o crescimento sustentável.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira

Presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria

A VISÃO DA INDÚSTRIA

A CNI tem uma visão de longo prazo para o País: é o Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015).

O Mapa define objetivos, metas e programas capazes de consolidar o Brasil como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial: inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos.

O Mapa Estratégico é o ponto de partida da agenda da CNI para o próximo governo. Com base na avaliação de suas metas e indicadores, a CNI identifica o crescimento como o principal desafio a ser enfrentado.

Nos últimos dez anos, o Brasil cresceu sistematicamente abaixo da média mundial. Mantida a média de crescimento da renda *per capita* de 0.7% a.a. da última década, o Brasil levará:

Cem anos para dobrar sua renda, ou seja, um século para atingir a atual renda *per capita* de Portugal.

Nosso problema central continua sendo o crescimento sustentável. Sem uma visão de longo prazo, não haverá como criar as condições necessárias para reverter esse quadro indesejável.

A agenda do Brasil é complexa. O crescimento da economia e a melhoria de vida da população exigem um conjunto amplo de iniciativas e reformas interconectadas. Ações fortuitas, imediatistas e isoladas não geram crescimento.

O País terá forçosamente que encarar questões já enfrentadas por economias que competem diretamente conosco. Além da agenda das reformas inconclusas, o País terá que dispor de uma política macroeconômica favorável ao crescimento. O perfil desejado da indústria brasileira requer a melhoria na educação e avanços na aquisição do conhecimento.

Mas temos todas as condições de jogar para vencer. A Indústria confia em sua capacidade – e na do País – para vencer os desafios propostos para 2015. É uma tarefa de toda a sociedade. Exige alianças, parcerias, foco e muita energia.

**O Mapa
Estratégico é o
ponto de partida
da agenda da CNI
para o próximo
governo**

OS DESAFIOS À NOSSA FRENTE

O País que queremos. Queremos consolidar o Brasil como uma economia competitiva e inovadora, capaz de crescer de forma sustentável e gerar mais e melhores empregos.

Queremos uma economia inserida na sociedade do conhecimento, reconhecida como uma das principais plataformas da indústria mundial.

Avançamos em algumas questões. Apesar do baixo crescimento, não há como negar que o País tem avançado em questões importantes. Nos últimos vinte anos, a democracia consolidou-se, a qualidade das instituições melhorou, o acesso e o valor atribuído à educação cresceram e a sociedade, de uma forma geral, fortaleceu-se.

Vale ressaltar ainda a melhoria dos indicadores sociais, o controle da inflação, a maior integração do País à economia mundial e a redução quanto à vulnerabilidade externa.

Mas precisamos crescer mais. Esse quadro de avanços reforça a convicção de que nosso baixo ciclo de crescimento pode – e deve – ser rompido. É uma ação que independe de forças externas; depende apenas das forças políticas do País.

O real crescimento da economia – com a conseqüente melhoria de vida da população – depende de um conjunto amplo de iniciativas e reformas interdependentes, calcadas em uma agenda pré-definida.

A Indústria entende que o Brasil deve investir nas reformas e no crescimento. Essa é a base de uma agenda para o País.

AÇÕES PARA ROMPER OS OBSTÁCULOS

Para remoção de obstáculos que impedem o crescimento, a Indústria entende como necessário:

a) Participação da sociedade. A sociedade precisa conhecer os custos decorrentes do baixo crescimento e a natureza dos obstáculos a serem enfrentados. Só dessa maneira poderá ajudar na construção de soluções, além de exercer seu poder de pressão, para que o avanço da agenda não seja interrompido.

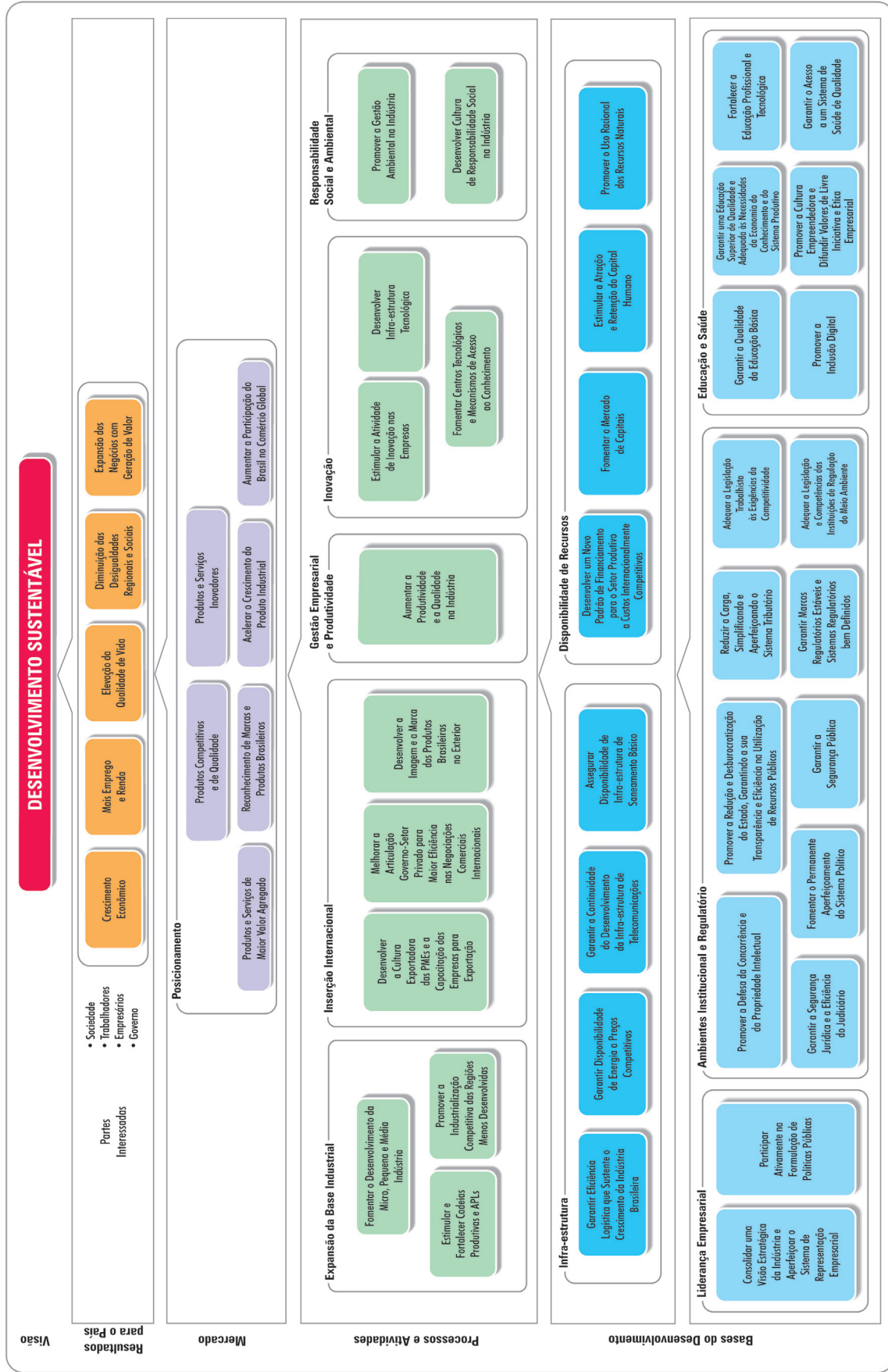
b) Poder de iniciativa do Executivo. O Executivo precisa, desde o



primeiro momento, assumir riscos, eleger prioridades e montar a base de sustentação política, necessária à aprovação de reformas capazes de remover entraves ao crescimento.

- c) **Co-responsabilidade do Congresso.** Reformas de maior impacto dependem, em última instância, da aprovação do Congresso, razão pela qual é imperioso que os parlamentares estejam de acordo com a idéia de que se faz urgente a imediata implementação de reformas que gerem condições de crescimento para o Brasil.

Figura 1 - Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015)



Fonte: CNI. Mapa estratégico da indústria: (2007-2015). Brasília, 2005. 121 p.

NOVA GOVERNANÇA MACROECONÔMICA E O AMBIENTE INSTITUCIONAL PRÓ-CRESCIMENTO

UMA NOVA EQUAÇÃO MACROECONÔMICA PRÓ-CRESCIMENTO

A política macroeconômica atual é uma equação de baixo crescimento. Sua ênfase no juro alto, para conter a demanda agregada e assegurar baixa inflação, provoca a valorização da taxa de câmbio, que reforça o efeito contracionista da política monetária.

A valorização cambial excessiva reduz a demanda externa e ameaça o ajuste externo de longo prazo; enquanto o juro elevado impede a redução da relação dívida/PIB. Essa equação acomoda as pressões inflacionárias no curto prazo, mas inviabiliza o crescimento econômico sustentado.

A mudança para uma nova política macroeconômica precisa ser ampla. Seu principal foco deve ser a redução do peso excessivo atribuído à política monetária como principal instrumento de manutenção da estabilidade.

Na nova equação, a componente fiscal assume o papel primordial da estabilidade econômica de longo prazo. Seu parâmetro crítico deve ser a imposição de um limite ao gasto público – a meta primordial passa a ser o gasto total, com o superávit primário como meta subsidiária.

A maior ênfase no controle e redução do gasto reforça o equilíbrio virtuoso das contas públicas. Viabiliza taxas de juros progressivamente menores e taxa de câmbio mais competitiva. É uma equação de alto crescimento.

INFLAÇÃO E CRESCIMENTO

Inflação baixa e estável possibilita a construção da visão de longo prazo, necessária à operação cotidiana e ao planejamento do futuro das empresas – decisões de investimento e contratação de pessoal. Constitui requisito fundamental para o crescimento sustentado.

Uma economia com fortes desequilíbrios macroeconômicos – déficit público ou déficit externo elevados – dificulta o controle da inflação. O controle da inflação neste ambiente depende do uso de uma política monetária contracionista com elevados custos em termos de perda de produto e emprego. Isto implica em baixo crescimento.

REFORMA DO ESTADO, GESTÃO E NOVO REGIME FISCAL

A equação do crescimento exige uma ampla Reforma do Estado. Uma reforma que aumente a eficiência do Estado por meio da gestão eficiente dos gastos públicos, profissionalização da gestão, racionalização de processos, inovações na forma de contratação de servidores públicos e instituição de metas e sistemas de avaliação de resultados.

O Estado brasileiro é grande, burocrático e lento em suas decisões. Trabalha com baixo nível de eficiência e, muitas vezes, com eficácia reduzida.

Os custos para o País são elevados. A ineficiência transparece em uma carga tributária excessiva, principalmente se comparada a outros países emergentes. A baixa eficácia fica patente na qualidade da provisão dos serviços de saúde e de educação.

As Reformas Administrativa e de Gestão do Estado não tem um norte definido. Exemplos internacionais e experiências desenvolvidas por governos estaduais revelam haver amplo espaço para aumentar a eficiência da administração pública, mediante o uso de métodos avançados de gestão e racionalização administrativa.

É necessário avançar em uma Reforma Administrativa, voltada à modernização do Estado, para modificar e reduzir estruturas, eliminar superposição de funções e adequar objetivos.

A questão do federalismo é um ponto crítico a ser incluído na agenda da Reforma do Estado

A QUESTÃO FEDERATIVA

A questão do federalismo é um ponto crítico a ser incluído na agenda da Reforma do Estado. Há, pelo menos, três dimensões nessa discussão: tributação, gastos e regulação. Em todas elas, há superposição de funções e conflito e superposição de competências entre os entes federados, o que é fonte de ineficiência e de perda de competitividade.

A questão do federalismo e sua relação com ações de regulação do Estado não tem recebido a necessária atenção e importância que o tema exige.

Na área de meio ambiente, a superposição e indefinição de funções é fonte de incertezas, elevação de custos e obstáculo ao desenvolvimento sustentável. A dificuldade em avançar na discussão do marco regulatório do saneamento básico é também uma forte evidência da relação entre federalismo e regulação.

Na esfera da tributação, assiste-se a um crescente paradoxo. Enquanto

o País (e as empresas) trabalham para ampliar as exportações, os governos estaduais (e municipais) reagem negativamente, associando o aumento das exportações à perda de receitas tributárias.

A INTERDEPENDÊNCIA DAS REFORMAS

As reformas da previdência, tributária e das relações de trabalho são interdependentes. A interdependência ocorre tanto pelo lado dos resultados e objetivos finais – crescimento da economia e do emprego, geração de sistemas auto-sustentáveis – como pelo lado do financiamento – tributos, taxas e contribuições que compõem a estrutura tributária do País.

Figura 2 - A interdependência entre as reformas



As mudanças constitucionais precisam, portanto, ser coerentes. Alterações na base de financiamento da previdência ou na legislação das relações de trabalho implicam mudanças tributárias que necessitam guardar coerência entre si. As propostas de alteração devem ser compatíveis com os princípios de eficiência tributária: moldar um novo sistema de financiamento sem distorções e promover a melhor alocação dos recursos produtivos.

O resultado final terá maior eficiência produtiva, maior focalização nos gastos públicos e maior racionalidade no uso dos recursos públicos. As consequências serão mais investimentos e a aceleração do crescimento.

Figura 3 - As reformas e o crescimento



A reforma política é condição para o avanço na criação do ambiente institucional pró-crescimento, ao ampliar a qualidade da governabilidade e das relações institucionais entre os poderes.

A reforma política implica mudanças na questão partidária e nas regras e procedimentos legislativos. Essa reforma é crucial para permitir a construção de coalizões partidárias estáveis, indispensáveis à governabilidade. Permitirá ainda acelerar processos e implementar mudanças que hoje encontram grandes obstáculos.

MUDANÇAS NA GOVERNANÇA MONETÁRIA

Em uma economia de mercado, a política monetária é, por excelência, o instrumento de controle mais direto sobre os preços. Ela tem impacto mais imediato sobre a demanda agregada e, dessa forma, sobre os mercados e os preços. Na presença de pressões inflacionárias resultantes de excesso de demanda, a alta dos juros reduz gastos privados de consumo e investimento, e provoca pressão de baixa sobre os preços.

Todavia, **a política monetária tem limitações**. Em especial, sua eficácia se reduz na presença de preços administrados ou rígidos (em virtude de cláusulas contratuais), ou seja, aqueles preços que não são determinados em mercado. Adicionalmente, atinge apenas a demanda privada e não alcança os gastos públicos primários, que, no Brasil, representam mais de um terço da demanda global.

Para maior eficácia, a política monetária deve ter credibilidade. A credibilidade institucional é maior na presença de independência da autoridade monetária na implementação da sua política. Ademais, sem estar exposta às influências externas, a autoridade monetária não necessita reafirmar permanentemente sua autoridade por meio de maior intensidade no uso do instrumento monetário, o que impõe custos desnecessários em termos do crescimento.

BANCO CENTRAL E GOVERNANÇA MONETÁRIA

A qualidade das instituições monetárias é importante para a operação da Política Monetária. O Banco Central tem operado em um regime de autonomia tácita. Este regime precisa ser aperfeiçoado de modo a garantir maior transparência, responsabilização e governança.

É importante criar nova forma de governança monetária, com alterações institucionais e redefinição do papel do Banco Central, por meio de:

- criação de novos mecanismos institucionais para definição dos parâmetros críticos da política monetária – como a definição da meta de inflação –, com novo formato para o Conselho Monetário Nacional;
- explicitação de metas subsidiárias associadas à meta de inflação, com a consideração de variações no produto e no emprego;
- implementação de novos mecanismos de relacionamento do Banco Central com o Congresso, com a obrigatoriedade de audiências de prestação de contas;
- aumento do grau de transparência nas ações e comunicações formais do Banco Central para com o público e os agentes econômicos, com linguagem mais direta e clara e menor espaço para interpretações;
- desenvolvimento de mecanismos de consulta para aumentar a informação dos condutores da política monetária sobre a tendência da economia real e dos preços, com maior interação com os agentes da produção.

REGIME DE METAS: SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAMENTO

Existe espaço para melhorias e aperfeiçoamento no regime de metas. O regime de metas tem tido um papel central na política de estabilização e na convergência de expectativas quanto à inflação futura dos diversos agentes econômicos.

**Para maior
eficácia, a política
monetária deve
ter credibilidade**

As principais áreas para aperfeiçoamentos são:

■ Preços indexados e uso de medidas do núcleo de inflação

A opção por um índice de inflação “cheio” é menos adequada. A utilização de um índice sem qualquer expurgo – quando na maioria dos países apenas certos grupos de produtos são objetos da meta, aqueles com preços formados em mercado – reduz a eficácia da política.

A existência de indexação engessa parte do índice de inflação, o que significa que parte da meta é “exógena” e está dada do ponto de vista do resultado. A alta participação de produtos com preços determinados em mercados internacionais (e, portanto, atrelados ao câmbio) também causa problemas à maior eficácia do regime.

Utilizar o núcleo de inflação como balizador da meta de inflação.

A adoção do núcleo, por ser medida composta dos preços suscetíveis à ação da política monetária, diminui a inércia inflacionária e as oscilações do índice a choques de oferta e a preços determinados externamente, como é o caso das *commodities* ou de preços administrados.

■ Extensão do horizonte da meta

O prazo anual e o ano calendário trazem rigidez ao sistema de metas, dificultando, em especial, a administração do regime em momentos de choque de oferta. A utilização de um horizonte mais amplo – para que os choques possam ser acomodados ou para que tenham cessados seus efeitos – exige menor intensidade do instrumento de política – menor alta do juro – sem deixar de sinalizar o comprometimento com a baixa inflação.

A adoção de períodos mais longos permite menor intensidade no uso do instrumento monetário, com menor custo em termos da produção e do emprego.

Metas mais longas exigiriam uma política monetária mais estável, com menos volatilidade nas taxas de crescimento da produção. Assim, o crescimento da economia tenderia a ser mais homogêneo e menos oscilante ao longo do tempo.

Devem-se adotar prazos mais longos para a meta – por exemplo, 18 ou 24 meses – e considerar a volatilidade das taxas de crescimento da produção na definição da meta de inflação.

CÂMBIO, PREÇOS E JUROS

A relação câmbio-juros está desalinhada – é fonte de valorização da moeda brasileira – e prejudica a avaliação da rentabilidade das vendas externas, com impactos nas decisões de investimento.

O regime de câmbio flexível, *per se*, não é o responsável pelo desali-

nhamento. Na verdade, o regime de flutuação é o mais adequado para a economia brasileira. Não apenas é o regime que vigora na quase totalidade dos países, como acomoda com mais facilidade – ou menor custo – os choques externos.

A forte valorização do real nos últimos anos é claro exemplo de distorção que precisa ser corrigida. Como é determinada em mercado, a taxa de câmbio sofre influência das forças que afetam a oferta e a demanda por moeda estrangeira, em especial da taxa de juros.

É, portanto, necessário promover o realinhamento da relação câmbio/juros, por meio de redução nas taxas de juros, de modo que, via mercado e com câmbio flexível, a taxa de câmbio real retorne a sua situação de equilíbrio. A atualização da legislação cambial é um instrumento adicional para dar maior eficiência e transparência à formação da taxa de câmbio.

A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS

A manutenção do equilíbrio macroeconômico exige a adoção de políticas monetárias e fiscais coordenadas. A combinação de uma política fiscal expansionista como a atual – com forte aumento de gastos, mesmo na presença de elevado superávit primário – com uma política monetária contracionista significa a transferência de todo o ônus do ajuste para o setor privado.

As implicações para o crescimento são inexoráveis. O aperto monetário, conjugado à elevação da carga tributária, reduz a capacidade de investimento das empresas e de consumo das famílias, em favor do aumento de gastos públicos. O dano ao crescimento é ainda mais grave, pois o aumento de gastos ocorre nas despesas de custeio, que não afetam a capacidade de crescimento potencial da economia.

É, portanto, necessário imprimir maior coerência à política macroeconômica, com a contenção de gastos públicos para viabilizar menor intensidade da política monetária. Sem a contribuição fiscal à adequação da demanda agregada ao crescimento da oferta, o ônus de ajuste deverá ser todo transmitido ao setor privado (e ao investimento), com danos ao processo de crescimento.

A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL PRÓ-CRESCIMENTO

O crescimento não resulta apenas de sólidas políticas macroeconômicas. É indispensável construir um ambiente institucional favorável aos negócios e promover uma política industrial voltada ao investimento produtivo.

**É necessário
promover o
realinhamento
da relação
câmbio/juros**



O AMBIENTE INSTITUCIONAL E A SEGURANÇA PÚBLICA E JURÍDICA

O aumento do investimento necessário à intensificação do crescimento exige um ambiente institucional de segurança e previsibilidade. A construção desse ambiente implica o aperfeiçoamento do marco jurídico do País, em que prevaleça a segurança jurídica dos contratos, o respeito às regras de mercado e um ambiente amplo de segurança física dos cidadãos, da propriedade e dos ativos produtivos.

A segurança pública no Brasil – pessoal e patrimonial – é deficiente. **O ambiente de insegurança física é uma ameaça à democracia e à cidadania.** Gera custos à sociedade – na forma de desperdícios de recursos e de energia não voltados a atividades produtivas – e cria obstáculos ao desenvolvimento econômico. Reduz a auto-estima da população, causa desmotivação e reduz a produtividade. Portanto, impacta negativamente o crescimento.

A insegurança sobre o patrimônio produtivo provoca custos privados de proteção e o reconhecimento de um crescente risco aos empreendimentos. A degradação de áreas urbanas reduz o valor do patrimônio e inviabiliza projetos de investimentos. Logo, reduz o crescimento.

A estabilidade de regras e a segurança jurídica dos contratos é outro aspecto fundamental para o adequado funcionamento das forças de mercado. O adequado funcionamento do mercado, com regulação eficiente, permite seu papel crítico na alocação dos recursos e no estímulo ao investimento privado, o motor do crescimento. Garantir a observância das leis e dos preceitos jurídicos e promover a construção de um marco jurídico moderno e eficiente – dotado de segurança e agilidade – é essencial para a materialização de oportunidades de investimento.

O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E A POLÍTICA INDUSTRIAL

A competitividade deve ser o centro das iniciativas de Política Industrial. O desenvolvimento da indústria passa por medidas voltadas à criação de condições favoráveis:

- ao investimento, em condições competitivas com as praticadas pelos concorrentes;
- a fluxos crescentes de exportação;
- à captura de parcelas da cadeia de valor internacional, via inovação;
- às regulações setor-específicas.

Várias dessas iniciativas são de cunho horizontal. Os setores têm, no entanto, realidades diferentes. Um mesmo problema horizontal afeta com intensidade diversa cada setor, que tem, ademais, problemas que lhe são

A competitividade deve ser o centro das iniciativas de Política Industrial

específicos, como aqueles gerados pela inadequação das regulações setoriais.

As regulações setor-específicas têm sua importância subestimada no processo de formulação de políticas. São ações que, em geral, definem as regras do jogo. A inação tem um custo: investimentos que deixam de ser realizados.

Em geral, envolvem questões cuja inadequação ou indefinição do quadro regulatório impacta diretamente a estrutura de custos da indústria e a decisão de investimento e de exportação das empresas. Essa situação envolve:

- **regulações de aplicação setorial**, relativas à produção e ao fornecimento de insumos e matérias-primas à indústria (e.g., gás, nafta, florestas), e regras para o desenvolvimento setorial (e.g., padrões tecnológicos – TV digital, biotecnologia, nanotecnologia, construção civil);
- **regulações “horizontais” complexas e procedimentos de licenciamento onerosos e demorados** (caso dos procedimentos administrativos de exportação, das regulações ambientais, dos procedimentos da Anvisa, da proteção às marcas e à propriedade industrial, com impactos nas indústrias de alimentos, fármacos, eletroeletrônica, aeronáutica, moda);
- **poder de compra do Estado** - há setores em que o Estado tem um papel importante na demanda. Os EUA e a Inglaterra têm experiências relevantes, notadamente com impacto no desenvolvimento da inovação. O Brasil tem a experiência do Prominp, programa voltado para a indústria do petróleo.

Há um conjunto de setores que depende de marcos regulatórios bem definidos para que os investimentos ocorram e para que a atividade industrial possa operar com eficiência e competitividade.

DA AGENDA CORRETIVA A UMA ESTRATÉGIA INDUSTRIAL PARA O PAÍS

O foco da agenda industrial ainda é o da correção de problemas do Custo Brasil. Essa agenda reflete o atraso de reformas. A superação de vários desses problemas é etapa necessária à construção de estratégias de longo prazo.

O ataque a essas prioridades não é, no entanto, suficiente para a formulação de uma visão de futuro para a indústria, ou seja, uma visão estratégica, apoiada na identificação dos novos desafios colocados pela evolução da indústria no mundo: mudanças na divisão internacional do trabalho industrial, novas tecnologias, tendências do investimento direto estrangeiro, adaptação das estratégias empresariais às mudanças de cenário internacional, emergência da China e da Índia etc.

A correção dos problemas de competitividade é essencial, mas terá resultados parciais se não vier acompanhada de uma estratégia que procure responder a questões essenciais:

- a) Quais as tendências tecnológicas e geoeconômicas que afetam a estratégia da indústria brasileira?
- b) Como aproximar a indústria brasileira das melhores práticas mundiais? Como reduzir o fosso de produtividade?
- c) Como preparar o País para uma economia mais intensiva em conhecimento?
- d) Em que áreas tecnológicas o Brasil deve apostar?
- e) Como fortalecer as empresas inovadoras? Como desenvolver a cultura empreendedora e inovadora?
- f) Que competências devem desenvolver órgãos governamentais e associações empresariais, para enfrentar uma agenda estratégica para a Indústria?
- g) Qual o perfil desejável da indústria em 10 - 15 anos?
- h) Qual o papel das políticas horizontais e das políticas setoriais na emergência e consolidação deste perfil?
- i) Que papel tem o quadro institucional e regulatório na implementação da estratégia e como as negociações comerciais podem contribuir para que se obtenham os resultados desejados?

Houve, nos últimos vinte anos, mudanças radicais nos ambientes externo e interno da indústria. A política industrial a ser agora pensada deve basear-se na hipótese de que o Brasil somente pode crescer na área industrial se for capaz de pôr em movimento uma estratégia industrial, em que os ganhos de produtividade não derivam “naturalmente” do crescimento da produção, mas resultem de inovações em organização e tecnologia.

DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O crescimento econômico deve atingir todo o País e, conseqüentemente, reduzir as desigualdades regionais. As políticas voltadas para o crescimento não podem estar dissociadas da política de desenvolvimento regional.

O Brasil apresenta um desenvolvimento econômico desbalanceado, com grande disparidade entre as regiões. Mais do que isso, os dados do IBGE mostram que, nos últimos quinze anos, praticamente não houve alterações na distribuição da renda entre as grandes regiões brasileiras.

A atividade econômica mostra elevado grau de concentração. As regiões Sudeste e Sul, em conjunto, respondem por 76% do PIB total do País. As demais regiões respondem por apenas 24% do PIB brasileiro e concentram mais de 43% da população total do País.

A qualidade de vida da população brasileira também é muito heterogênea em termos regionais. A taxa de analfabetismo no Nordeste é de

23,2%, contra 6,4% na região Sul ou 6,8% no Sudeste. Em termos de esgotamento sanitário, enquanto no Sudeste 87% dos domicílios são atendidos por rede coletora de esgoto e fossa séptica, no Nordeste esse percentual reduz-se a 45%.

A diminuição das desigualdades sociais e regionais é fundamental para o País alcançar o desenvolvimento sustentável. Reforça o crescimento, diminui as tensões sociais, gera estabilidade socio-política e exerce influência positiva sobre os investimentos.

BASES DE UMA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Promover o dinamismo das regiões e áreas de menor vigor econômico e integrá-las ao espaço econômico brasileiro deve ser um dos aspectos prioritários de um programa nacional que busque o desenvolvimento com inclusão social.

Os mecanismos e instrumentos da política regional devem:











- aproveitar-se das vantagens e potencialidades de cada região;
- fortalecer o processo de integração da estrutura produtiva da região ao resto do País e à economia global;
- desenvolver a criação de novas vantagens competitivas em setores não tradicionais.

A nova política de desenvolvimento regional deve:

- criar condições ao atendimento de carências básicas, dando atenção especial ao desenho das políticas de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, o que exige investimentos em educação e saúde;
- eliminar distorções tributárias que reduzem a capacidade competitiva dos produtos das regiões;
- realizar investimentos em transportes, energia, irrigação e comunicações, de forma a prover a região de infra-estrutura adequada para atrair investimento privado;
- disponibilizar financiamento diferenciado;
- investir em inovação.

Estes temas devem constituir os pilares da redução das disparidades.

AS 10 PRIORIDADES

1.  **REDUÇÃO DO GASTO PÚBLICO**
2.  **TRIBUTAÇÃO**
3.  **INFRA-ESTRUTURA**
4.  **FINANCIAMENTO**
5.  **RELAÇÕES DE TRABALHO**
6.  **DESBUROCRATIZAÇÃO**
7.  **INOVAÇÃO**
8.  **EDUCAÇÃO**
9.  **POLÍTICA COMERCIAL E DE ACESSO A MERCADOS**
10.  **MEIO AMBIENTE**

As 10 prioridades foram selecionadas com base nos objetivos do Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015).¹

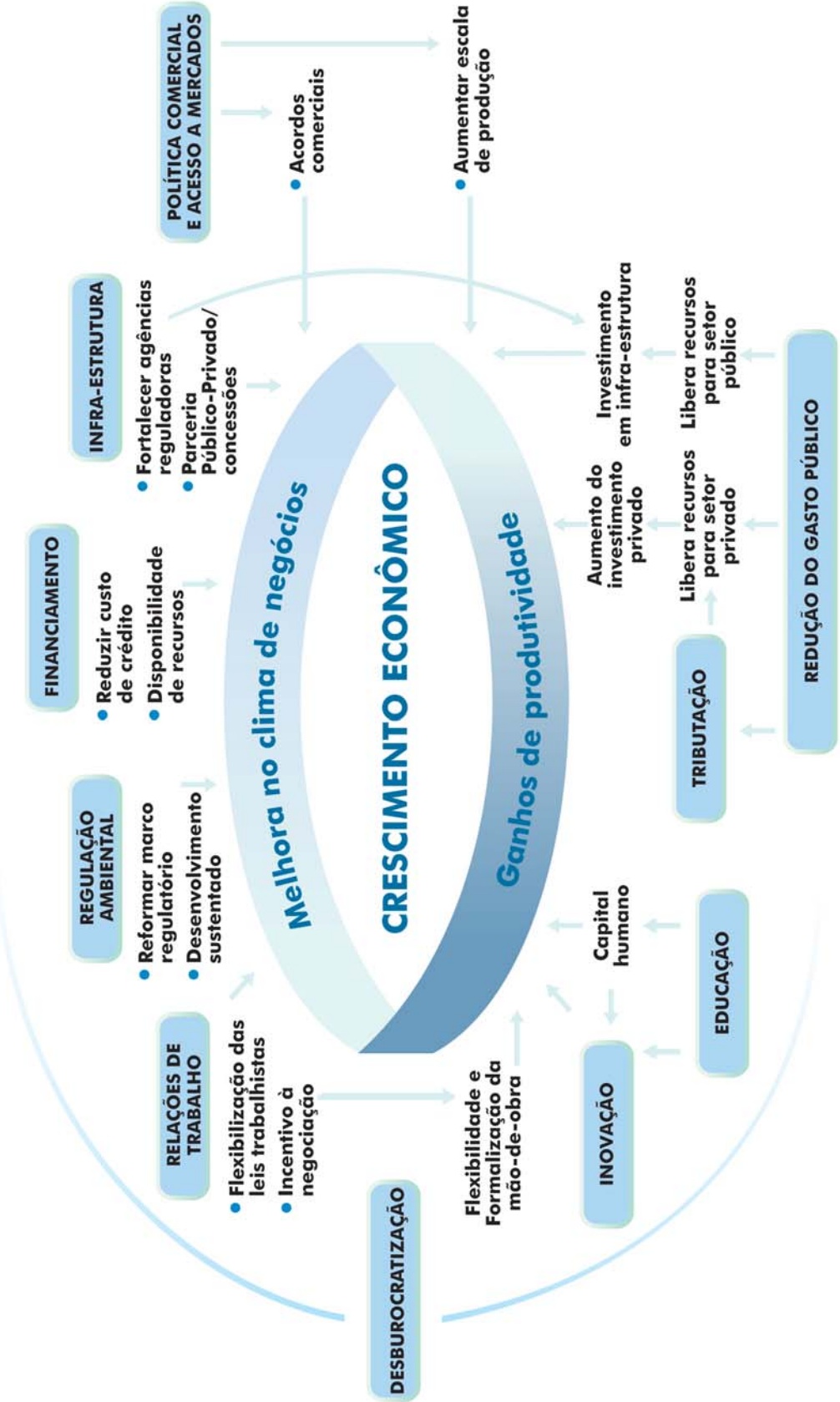
O acompanhamento dos indicadores do Mapa Estratégico permitiu identificar que os resultados mais distantes das metas são aqueles relacionados ao crescimento econômico.

Essa percepção orientou a escolha das prioridades e reforçou a certeza de que o baixo crescimento é uma das questões centrais a ser enfrentada pelo próximo governo.

Todas as prioridades têm uma forte conexão com a agenda do crescimento. A figura 4 e o quadro 1 exploram e sintetizam essa relação.

¹ O exercício foi realizado pelos participantes do Fórum Nacional da Indústria da CNI e pela diretoria da CNI. O FNI é composto pelas principais associações setoriais do País, pelos presidentes dos Conselhos Temáticos da CNI e por empresários participantes do CNDI.

Figura 4 – Prioridades para o Crescimento



AMBIENTE INSTITUCIONAL: REGRAS E SEGURANÇA

Quadro 1– Impacto das prioridades sobre o crescimento econômico

PRIORIDADES	IMPACTOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO
Redução do gasto público	<p>A redução dos gastos e o aumento da eficiência do Estado liberam recursos para o setor privado crescer. Havendo menor necessidade de financiamento das contas públicas, a taxa de juros cai e o investimento privado é estimulado.</p> <p>A redução dos gastos com pagamento de juros permite ao Estado ampliar a parcela de dispêndios voltada ao investimento público – sobretudo em infra-estrutura –, o que aumenta a produtividade na economia.</p>
Tributação	<p>A eliminação das distorções do sistema atual – que taxa exportações, investimentos e poupança – traz impactos positivos sobre a competitividade da economia. A combinação entre racionalização e redução da carga tributária contribui tanto para a maior eficiência da economia como para a geração de um ambiente mais favorável ao crescimento.</p>
Infra-estrutura	<p>Ter uma infra-estrutura de qualidade em transporte, energia, telecomunicações e saneamento torna o país competitivo e eleva sua capacidade de atrair investimentos em outros setores.</p> <p>O desenvolvimento da infra-estrutura, em face da crise fiscal, não poderá ser feito apenas pelo setor público. É fundamental criar marcos regulatórios seguros, que atraiam o capital privado.</p>
Financiamento	<p>Disponibilidade de capital e custos adequados de financiamento elevam a competitividade das empresas e estimulam os investimentos. Aumentar a eficiência na intermediação financeira e desenvolver novos mecanismos de financiamento não bancários são ações importantes para reduzir as limitações ao crescimento das empresas.</p>
Relações de Trabalho	<p>A maior flexibilidade na negociação entre trabalhadores e empregadores melhora a qualidade de gestão das empresas, aumenta a produtividade e cria alternativas de interesse mútuo.</p> <p>O trabalho formal é um benefício para o trabalhador e para a economia. Trabalhadores formais são mais produtivos, melhor remunerados, contribuem para a seguridade social e deixam de ser uma fonte de desequilíbrio das contas previdenciárias do Governo.</p>
Desburocratização	<p>Burocracia excessiva gera ineficiência e custos na economia. Os custos financeiros e de tempo desestimulam a abertura e operação de empresas, com reflexos negativos sobre o investimento e o emprego.</p> <p>A desburocratização, além de permitir a redução de custos, traz efeitos positivos na redução de preços e maior celeridade em todo o processo produtivo – desde a obtenção de insumos até a entrega do produto final.</p>
Inovação	<p>A inovação é crucial para o aumento da produtividade da economia. Inovações tecnológicas reduzem os custos de produção, ampliam a oferta de bens e serviços e aumentam a competitividade das empresas.</p>
Educação	<p>A educação é a base da produtividade. Para crescer, não basta capital físico; é preciso que haja pessoas qualificadas para operá-lo e desenvolver novas soluções e idéias.</p>
Política comercial e de acesso a mercados	<p>Comércio internacional é fonte de crescimento. Ao se venderem produtos para o exterior, aumenta-se a escala de produção, com conseqüente redução de custos. As importações, por sua vez, são fonte inestimável para obtenção de novas tecnologias.</p> <p>Condições domésticas favoráveis às exportações (câmbio, financiamento e infra-estrutura) e acordos comerciais com capacidade de melhorar o acesso ao mercado internacional são fundamentais para garantir a expansão do comércio.</p>
Meio ambiente	<p>O marco regulatório do meio ambiente e a ação discricionária dos órgãos públicos têm criado obstáculos ao investimento público e privado. As leis e as ações públicas devem garantir, ao mesmo tempo, a segurança para os investimentos e o desenvolvimento sustentável da economia.</p>

REDUÇÃO DO GASTO PÚBLICO



A QUESTÃO

A política fiscal no Brasil produz um Estado que combina elevados níveis de gastos públicos e de endividamento, aliados a uma pesada carga tributária, em relação ao PIB.

Esse padrão fiscal traz fortes impactos sobre o crescimento, acarretando taxas de juros elevadas, menor produtividade global da economia e baixo nível dos investimentos em infra-estrutura.

A solução do problema, raiz das causas do baixo crescimento da economia brasileira, passa pela mudança do quadro fiscal, de modo a criar condições para a aceleração do crescimento econômico de forma sustentada.

Esse ajuste precisa ser feito mediante a implementação de mudanças na Constituição, redução dos gastos correntes e maior eficiência na gestão pública.

OS DESAFIOS

- Controlar o crescimento dos gastos correntes.
- Implementar gestão orçamentária mais eficaz e reduzir a excessiva rigidez do orçamento.
- Tornar mais eficiente a gestão dos recursos públicos.
- Redefinir o foco e a distribuição dos gastos sociais.
- Reverter a tendência de deterioração dos resultados do Regime Geral de Previdência Social.
- Reduzir a carga tributária.





A AGENDA

- **Elevar o percentual anual de queda da relação gastos correntes/PIB – o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 determina que esse percentual seja de 0,1 ponto percentual do PIB – e estender a ação para um número maior de anos.**
 - Reduzir progressivamente os gastos com pessoal em proporção ao PIB.
- **Alterar a sistemática de vinculações, de forma que garanta determinado percentual de crescimento real da despesa e estabeleça prazos para revisão das prioridades em planos plurianuais.**
- **Alterar a sistemática de elaboração do orçamento público por meio da adoção do orçamento impositivo.**
- **Rever a autonomia financeira do Ministério Público e dos poderes Legislativo e Judiciário para ajustar os seus dispêndios aos parâmetros globais do setor público.**
- **Redefinir o foco e a distribuição dos gastos sociais e priorizar programas que contemplem a ampliação do capital humano.**
- **Implementar Programa de Modernização da Gestão Pública para aumentar a eficiência na aplicação dos recursos, o que implica:**
 - priorizar programas finalísticos com metas definidas e percentuais de gastos administrativos limitados;
 - implementar programa de metas físicas e avaliação por desempenho e produtividade;
 - condicionar, efetivamente, a permanência de servidores públicos em seus cargos – e promover alterações salariais – levando em conta avaliações de desempenho.
- **Reformar o Regime Geral de Previdência Social e completar a reforma do Regime Próprio de Previdência Social, de modo que:**
 - desvincule o piso dos benefícios previdenciários do valor do salário mínimo e corrija-lo de forma que mantenha seu poder de compra inalterado;
 - adote idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social;

- estabeleça cronograma de longo prazo para elevação da idade mínima para aposentadoria nos regimes dos servidores públicos e dos trabalhadores do setor privado;
 - reduza o diferencial de número de anos para aposentadoria existente para mulheres, eliminando-o no caso de professores e aposentadorias rurais;
 - institua Fundos de Previdência Complementar para Servidores Públicos.
- **Alterar a legislação dos benefícios assistenciais da LOAS e da RMV, de modo que:**
- desvincule do valor do salário mínimo o piso dos benefícios assistenciais;
 - reduza o valor dos benefícios para aquém do piso dos benefícios previdenciários;
 - eleve a idade mínima de acesso aos benefícios assistenciais (LOAS).



A QUESTÃO

Tributação excessiva e de má qualidade contribui – e muito – para o baixo crescimento da economia. Além de elevar custos, provoca distorções na alocação dos recursos, inibe o investimento e restringe a operação das empresas.

O retorno ao crescimento vigoroso exige alterações profundas, de forma que possibilite a criação de um sistema tributário de qualidade, atualizado e orientado para o crescimento e a competitividade.

Os problemas do sistema são múltiplos: a estrutura tributária abarca grande número de impostos e contribuições, que incidem várias vezes sobre a mesma base tributária; apresenta alto grau de complexidade; distorce preços relativos e onera segmentos produtivos de maneira desigual. Em suma, nossa carga tributária causa ineficiência econômica e é reconhecidamente de má qualidade – em especial na tributação sobre produção e consumo.

A forma atual da tributação sobre o consumo gera dificuldades e tensões entre os entes da federação e acarreta distorções federativas de difícil solução. Esse conflito de interesses constitui-se no maior obstáculo ao prosseguimento da reforma tributária e se manifesta, em especial, no caso da reforma do ICMS, principal tributo do País.

A tributação no Brasil, além de excessiva, vem crescendo a cada ano. A carga tributária passou de 26% do PIB, em 1993, para um valor estimado em torno de 37% em 2005.

OS DESAFIOS

- Adequar o sistema tributário às necessidades da competitividade e do crescimento do País.
- Eliminar distorções e disfunções, que causam ineficiência econômica e dificultam as exportações e o investimento.
- Tornar o sistema brasileiro mais simples – com redução do número de tributos e ampliação da base contributiva – e menos oneroso para as empresas.
- Reduzir os conflitos federativos e promover a equidade fiscal-tributária entre os entes federados.
- Promover sistema tributário estável com regras claras e permanentes que permitam maior segurança jurídica aos contribuintes.
- Estabelecer isonomia tributária do produto nacional com o produto importado.
- Reduzir o peso excessivo da carga tributária.



A AGENDA

Promover ampla reforma no sistema tributário brasileiro e adequá-lo às necessidades de competitividade e inserção internacional, com definições claras sobre a repartição de funções no âmbito da federação brasileira.

■ **Sob o ponto de vista estratégico, o desafio compreende:**

- reabrir a discussão sobre a reforma tributária de forma ampla e abrangente;
- inserir a questão fiscal-federativa como cerne das discussões, estabelecendo-se amplo diálogo entre as partes;
- fomentar a sintonia entre Congresso e Executivo, passo crucial para o sucesso da reforma;
- envolver, desde o início, todos os atores relevantes no processo, de modo que se evite a retomada de pontos já tratados e amplamente discutidos em etapas preliminares de negociação.

■ **Sob o ponto de vista de conteúdo, o desafio compreende:**

- promover a separação do sistema previdenciário nacional do sistema de assistência social. A medida resultará em maior transparência – em especial, quanto às fontes de financiamento – além de maior eficácia gerencial no que tange aos programas de assistência;
- desenhar e aprovar um sistema tributário de qualidade – com foco na competitividade e na eficiência produtivas – com as seguintes características:
 - a. instituição de um único imposto sobre bens e serviços (**Imposto de Valor Agregado**) de legislação nacional, capaz de substituir as múltiplas alíquotas, impostos e contribuições incidentes sobre o mesmo bem ou serviço;
 - b. repasse automático para os entes federativos dos valores arrecadados com o **IVA compartilhado**;
 - c. criação de sistema unificado de tributos sobre a Renda mediante a fusão entre IRPJ e CSLL;

- d. simplificação da complexa carga tributária incidente sobre a propriedade de bens (IPTU, IPVA, ITBI, ITCM, ITR), visando aumentar a base de contribuintes;
- e. unificação das contribuições sociais, dando continuidade e aprofundando a reforma implementada no sistema previdenciário nacional;
- f. respeito aos direitos e obrigações do contribuinte, não o onerando com custos e obrigações além de sua capacidade e responsabilidade contributiva;
- g. estabelecimento das condições ideais capazes de propiciar a harmonia tributária entre os entes da federação.

■ **Paralelamente à elaboração de uma ampla reforma, é fundamental atuar no aperfeiçoamento do sistema em vigor. A agenda do aperfeiçoamento, que objetiva eliminar distorções e aumentar a competitividade da estrutura tributária brasileira, compreende:**

- aprofundar o processo de desoneração do investimento – que deve ser estendido às instalações e bens destinados à manutenção das empresas;
- implementar mecanismos mais eficientes de ressarcimento dos créditos tributários das empresas, em especial com a criação de um fundo para equacionar o problema de acúmulo de crédito de ICMS das empresas exportadoras;
- simplificar procedimentos e reduzir a burocracia tributária;
- criar mecanismos capazes de assegurar que o excesso de arrecadação efetiva sobre a arrecadação orçada seja obrigatoriamente direcionado à redução da carga tributária;
- reduzir a cunha fiscal sobre juros e encargos sobre a folha de salários, sem que essas ações comprometam o financiamento da seguridade e a formação do capital humano;
- aprovar e implementar, o mais breve possível, o Código de Contribuintes, ora em exame no Congresso Nacional;
- implementar sistema de compensação dos recursos, quando do pagamento de outros tributos federais, com o recolhimento da CPMF;
- promover a isonomia tributária entre o produto nacional e o produto importado;



- incluir limites na definição das alíquotas de todos os tributos com a instituição de uma “trava superior”;
- preservar as garantias dos contribuintes na sua relação com o fisco; em especial no que diz respeito a freqüentes mudanças tributárias, causadoras de prejuízos ao planejamento e à operação das empresas;
- vedar o uso indiscriminado de medidas provisórias – e demais atos de força –, capazes de coibir a discussão ampla sobre alterações tributárias;
- eliminar a figura jurídica do recurso judicial, interposto compulsoriamente pelo Fisco para contestar decisões contrárias ao Erário.



A QUESTÃO

A queda por vários anos do investimento público e a falta de um ambiente institucional e regulatório, que promova a participação privada, têm acarretado a crescente deterioração da oferta e da qualidade dos serviços de infra-estrutura do País.

A obsolescência da infra-estrutura gera impactos importantes em toda a economia, aumentando os riscos e reduzindo a taxa de retorno dos investimentos produtivos.

Nas decisões privadas voltadas para o setor de infra-estrutura, as morosas e cambiantes reformas do marco regulatório e a ausência de institucionalidade adequada – materializada, por exemplo, no questionamento de contratos assinados no passado – constituem fonte relevante de elevação dos riscos dos investimentos.

OS DESAFIOS

- Criar marcos regulatórios estáveis e eficientes para gás natural e saneamento básico, além de aperfeiçoar os marcos regulatórios do transporte, da energia elétrica e das telecomunicações.
- Fortalecer as agências reguladoras com o reforço de sua independência e profissionalização de seus dirigentes.
- Dar continuidade ao processo de transferência para a iniciativa privada da prestação dos serviços de infra-estrutura.
- Aumentar a eficiência na gestão e desenvolver uma cultura de planejamento integrado no setor de transporte com foco na multimodalidade.
- Estimular a competição nos mercados, promovendo o uso compartilhado das estruturas físicas comuns – especialmente, nos setores de transporte de gás natural, de transporte ferroviário e de energia elétrica.
- Aumentar a participação do transporte aquaviário na matriz nacional de transportes.

3



A AGENDA

TRANSPORTES E PORTOS

- **Reestruturar a organização institucional do setor federal de transportes e aperfeiçoar sua atuação, de modo que:**
 - transforme o Ministério dos Transportes em um Ministério da Logística dos Transportes e crie uma nova estrutura de planejamento setorial;
 - defina com clareza e objetividade o papel do Estado e as atribuições de cada órgão do setor federal de transportes para reduzir a superposição de funções;
 - aumente a eficiência operacional do DNIT;
 - implante, com base na Lei nº10.233/2001, o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte com a introdução de representações dos usuários;
 - transfira a gestão das administrações portuárias ao setor privado e conclua a implementação da Lei dos Portos (Lei nº 8.630/93);
 - separe as Administrações Hidroviárias das Administrações Portuárias e corrija demais distorções administrativas;
 - unifique o sistema de informações, modernize e profissionalize a elaboração e divulgação das estatísticas do setor;
 - agilize o processo de liquidação/desestatização das empresas vinculadas ao Ministério dos Transportes e desenvolva trabalho de treinamento e de realocação dos funcionários.
- **Dar continuidade ao programa de outorgas à iniciativa privada no setor de transportes, especialmente nas áreas rodoviária e portuária, de modo que:**
 - continue o processo de transferência da operação de trechos rodoviários à iniciativa privada. Publique os editais do Programa de Concessões Rodoviárias;
 - retome o programa de transferência de áreas e de terminais portuários à iniciativa privada.

■ **Aumentar a oferta no transporte marítimo de cabotagem e eliminar os obstáculos à maior competição no sistema marítimo, de modo que:**

- reduza as limitações ao afretamento de embarcações, impostas às empresas brasileiras de navegação de cabotagem;
- estabeleça cronograma para abertura do mercado marítimo Brasil – Argentina;
- altere a Lei nº 10.233/2001 com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3/2001, para eliminar a necessidade de autorização regulatória para empresas de navegação marítima.

■ **Aumentar a participação das hidrovias na matriz nacional de transporte de cargas.**

■ **Reduzir os gargalos logísticos no transporte ferroviário, de modo que:**

- resolva o problema das passagens de nível críticas e das invasões de faixas de domínio nos principais acessos portuários do País;
- aperfeiçoe a legislação sobre o direito de passagem e tráfego mútuo.

■ **Implementar efetivamente o transporte multimodal no País.**

ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NATURAL

■ **Agilizar o processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas, de modo que:**

- reveja procedimentos de licenciamento ambiental com o objetivo de possibilitar respostas rápidas e seguras aos processos de obtenção de licenças.

■ **Reduzir e racionalizar os encargos e o realinhamento da tarifa de energia elétrica, de modo que:**

- racionalize e proponha prazos para extinção dos encargos setoriais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica;
- reveja o processo de realinhamento da tarifa de energia elétrica, estabelecido no Decreto nº 4.667/2003.

■ **Dar continuidade ao Programa Nuclear.**



- **Aprovar Lei específica para o gás natural e estabelecer critérios para uso prioritário do produto na indústria.**

SANEAMENTO BÁSICO

- **Aprovar Lei Geral para o setor de saneamento básico.**

TELECOMUNICAÇÕES

- **Rever a estrutura de taxas e tributos incidentes no setor, visando expandir a utilização dos serviços;**
- **Prover as condições adequadas para maior expansão da infra-estrutura de comunicação de dados de alta velocidade.**



A QUESTÃO

Escassez, difícil acesso e custo elevado: essas são as condições de crédito para o setor privado, que impedem a alavancagem dos empreendimentos, comprometem a competitividade do produto nacional e restringem o crescimento.

A razão estrutural para a precariedade do crédito no Brasil é a canalização sistemática da poupança para financiamento de déficits públicos. A prática cristalizou-se na vida econômica do País a ponto de moldar as práticas de instituições financeiras, poupadores e tomadores de crédito.

Aos tomadores privados de crédito, resta o financiamento caro, fruto não apenas da escassez de recursos, mas também das distorções que afetam a eficiência da intermediação financeira.

OS DESAFIOS

- Desenvolver política econômica que conduza à queda da taxa de juros e à melhora da disponibilidade de financiamento.
- Aumentar a eficiência na intermediação financeira por meio do estímulo à concorrência e à desoneração tributária.
- Estimular a expansão do mercado de capitais e ampliar o acesso das empresas a formas alternativas de financiamento não bancário.
- Ampliar a liquidez do sistema financeiro, estimulando a auto-regulamentação dos mercados secundários de dívida pública e privada.
- Promover segurança jurídica e regulatória para credores, poupadores ou acionistas.



A AGENDA

■ Para aumentar a eficiência no sistema financeiro:

- reduzir as alíquotas dos tributos que oneram a intermediação financeira e os investimentos no mercado de capitais – CPMF e IR, em especial –, visando reduzir a cunha fiscal do *spread* bancário e estimular poupança privada e oferta de crédito;
- estabelecer cronograma de redução das exigências de depósitos compulsórios nos bancos, para que selecionem e monitorem eficientemente projetos de investimentos privados;
- emplementar os cadastros positivos de crédito, de modo que reduza o custo do financiamento para bons devedores (PL nº 836/2003, em tramitação no Congresso Nacional);
- criar o cadastro bancário padronizado para reduzir custos de migração dos clientes entre diferentes instituições financeiras;
- flexibilizar as exigências de garantias, agilizar a avaliação de projetos e a liberação de recursos pelos bancos públicos, sobretudo o BNDES;
- criar estímulos tributários à criação de fundos de investimento em cooperativas de crédito, capazes de ampliar a participação do segmento no crédito total;
- regulamentar o mercado secundário para instrumentos de dívida privada – debêntures e outros recebíveis –, permitindo seu monitoramento pelas instituições de mercado;
- atuar na redução dos riscos jurisdicionais e na adoção de mecanismos de proteção aos poupadores – na condição de acionistas ou de investidores;
- estimular o acesso ao mercado de capitais, ampliar o capital de risco como um instrumento de alavancagem dos negócios e criar formas alternativas de financiamento não bancário às empresas;
- reativar o fundo de aval FGPC e criar um fundo de aval com personalidade jurídica própria.



A QUESTÃO

Muito pouco se tem feito em termos de evolução das relações de trabalho no Brasil.

O aumento do número de empregos formais – reflexo do crescimento econômico e do aumento do esforço de fiscalização – sustenta a tese de que promover reformas nos marcos legal e regulatório do mercado de trabalho seria inoportuno e irrelevante.

O argumento é falacioso. A regulação trabalhista brasileira, além de ser uma das mais rígidas do mundo, não cumpre suas funções mais importantes: proteger os trabalhadores e promover ambiente favorável para o desenvolvimento das empresas.

Mais da metade dos trabalhadores ocupados encontram-se na informalidade, com pouca ou nenhuma proteção. A informalidade da economia é estimada em 40% do PIB, criando distorções alocativas e concorrência desleal.

Há evidências fortes de que os excessos regulatórios contribuem substancialmente para o agravamento do problema.

OS DESAFIOS

- Estabelecer sistema regulatório que garanta flexibilidade para a gestão das empresas e segurança para os trabalhadores.
- Reconhecer a interdependência entre as reformas sindical e trabalhista e evitar fragmentação e inconsistência do conjunto.
- Promover ambiente favorável à votação das reformas, com esclarecimento da sociedade e superação dos preconceitos.
- Promover a auto-regulação e estabelecer mecanismos autônomos de solução para conflitos nas relações de trabalho.
- Promover instrumentos de incentivo à parceria e à convergência de interesses entre empregadores e trabalhadores.
- Reduzir significativamente o segmento informal do mercado de trabalho.
- Reduzir despesas com contratação, sem comprometer o financiamento da seguridade social e a formação de capital humano.

5



A AGENDA

■ **Priorizar a modernização da regulação trabalhista:**

- assegurar que a discussão e tramitação da reforma da organização sindical ocorram concomitantemente com a discussão e tramitação da reforma trabalhista;
- ampliar a possibilidade de negociação entre as partes dos direitos individuais previstos na Constituição Federal (art.7º);
- estender a modernização aos princípios que norteiam a elaboração de normas;
- reforçar a necessidade de maior equilíbrio nas decisões da Justiça do Trabalho, que deve moderar a aplicação do princípio da hipossuficiência do trabalhador;
- instituir projeto de comunicação social que permita à sociedade compreender as motivações e o conteúdo da reforma.

■ **Focalizar a reforma em ações que:**

- aumentem os incentivos à negociação dos contratos de trabalho;
- reforcem a segurança jurídica dos contratos negociados;
- reduzam os custos do trabalho formal para as empresas.

■ **Regulamentar, sem restringir, a terceirização.**

■ **Rever e ampliar outras formas de contratação.**

■ **Instituir um “Simplex Trabalhista”:**

- simplificar e desonerar procedimentos e despesas com contratação para as empresas de menor porte.

■ **Reforçar papel educativo do Ministério do Trabalho e Emprego em lugar do foco exclusivo em ações coercitivas.**

■ **Instituir processo permanente de avaliação dos impactos de políticas sociais.**

DESBUROCRATIZAÇÃO



A QUESTÃO

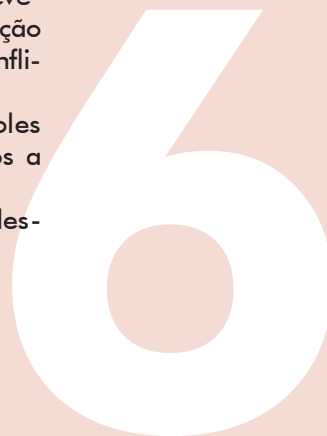
Burocracia excessiva é um dos principais obstáculos ao crescimento do País, na medida em que dificulta a operação e reduz a competitividade das empresas, além de desviar recursos produtivos para áreas não produtivas e incentivar a informalidade.

O excesso de regulamentação é uma das faces da burocracia. Invariavelmente, há muita papelada desnecessária a ser preenchida, e a apresentação de atestados e licenças redundantes torna os negócios mais lentos e difíceis.

A desburocratização tem que se transformar em prioridade nacional, o que implica levar a discussão sobre o tema ao mais elevado nível de governo, para que se possa estabelecer um sistema de gestão com objetivos e metas mais claros e melhor definidos.

OS DESAFIOS

- Priorizar o tema da desburocratização no âmbito dos governos federal, estadual e municipal.
- Quebrar velhos paradigmas adotados no processo de produção de normas legais e regulamentações.
- Racionalizar, simplificar e tornar públicos os processos, as exigências e formulários da administração pública.
- Integrar ações isoladas de diferentes órgãos da administração pública, eliminando a exigência às empresas de fornecer informações já disponíveis em outros órgãos do próprio governo.
- Democratizar o acesso aos serviços da administração pública por meio do e-gov, transformando o sistema em instrumento de efetiva simplificação administrativa.
- Fazer cumprir o disposto na Lei Complementar nº 95, de 20 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre elaboração, alteração e consolidação das leis. A Lei coíbe a produção de textos herméticos, confusos e conflitantes nos atos normativos de Governo.
- Eliminar – ou, pelo menos, reduzir substancialmente – os controles cruzados, que transferem para as empresas e para os cidadãos a responsabilidade fiscalizadora do Estado.
- Estimular a instituição de novos procedimentos e regulamentos desburocratizados.



A AGENDA

A agenda de desburocratização envolve as seguintes iniciativas:

■ No foco estratégico:

■ Transformar a desburocratização em prioridade de governo por meio de:

- a. reativação do Programa Nacional de Desburocratização;
- b. coordenação efetiva das ações nos diferentes órgãos da administração pública;
- c. acompanhamento direto da Presidência da República.

■ Instituir uma força-tarefa no âmbito de um novo Programa Nacional de Desburocratização, que contemple:

- a. simplificação de formulários e cadastros eletrônicos;
- b. diminuição das inúmeras instâncias de aprovação;
- c. instituição de prazos para as respostas e a prestação dos serviços;
- d. comunicação e transparência nos procedimentos para obtenção de serviços públicos.

■ Na abertura, fechamento e operação das empresas:

- melhorar e aprovar propostas legislativas, ora em trâmite no Congresso Nacional;
- instituir o cadastro unificado de empresas com entrada única de dados;
- proibir a utilização de cadastros públicos para fins de controles cruzados;
- extinguir a exigência de apresentação de certidões de condenação criminal e documentos de regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas nos atos de abertura, alteração societária ou fechamento de empresas;

- instituir prazos de vistoria para obtenção de licenças e alvarás de funcionamento.

■ **No licenciamento ambiental:**

- uniformizar as exigências relativas a regras, prazos e custos para obtenção das licenças ambientais nos Estados;
- definir papéis, competências e responsabilidades dos órgãos direta e indiretamente envolvidos no processo de licenciamento ambiental.

■ **No contrato de trabalho:**

- diminuir as exigências de anotações na carteira de trabalho, em especial para as micro e pequenas empresas;
- extinguir a anotação de férias dos empregados nos livros de registro e a afixação do Quadro de Trabalho nas micro e pequenas empresas;
- extinguir a necessidade de comunicação da concessão de férias coletivas;
- extinguir a exigência de apresentação de atestados de vacinas;
- restringir as anotações nas CTPS relativas à admissão e ao desligamento do empregado, substituindo as demais por simples extrato;
- tornar o ato de assistência ou de homologação da rescisão do contrato de trabalho uma opção do empregado.

■ **No comércio exterior:**

- harmonizar os módulos de exportação e importação do Siscomex;
- modernizar controles aplicados nas operações de comércio exterior, com a interligação do Siscomex aos sistemas dos diversos órgãos anuentes;
- facilitar o credenciamento das empresas exportadoras e importadoras no Siscomex;
- viabilizar a remessa eletrônica dos documentos de exportação;
- diversificar o controle aduaneiro e modernizar a integração de sistemas, ampliando-se o conceito de pré-despacho;
- reduzir o número de anuentes e de produtos sujeitos a anuências prévias;



- uniformizar procedimentos aduaneiros;
- modernizar o sistema de fiscalização na exportação e implementar ações coordenadas nos portos, aeroportos e pontos de fronteira;
- facilitar o acesso das empresas exportadoras ao Regime Aduaneiro de Despacho Expresso – Linha Azul;
- garantir a operação contínua e ininterrupta das Aduanas nos principais portos de entrada e saída do País;
- flexibilizar o Regime de Tributação Simplificada, utilizado no despacho aduaneiro de bens integrantes de remessas postais expressas, permitir a importação de insumos para industrialização e reduzir a tributação imposta pelo regime;
- agilizar os processos e reduzir os custos nas operações de exportação e importação por via aérea, no âmbito da Infraero.

■ **No governo eletrônico (e-gov):**

- estimular e priorizar ações que levem em conta a:
 - a. visão do usuário, e não o ponto de vista da mera oferta de serviços;
 - b. integração entre órgãos e entidades públicas por meio do desenvolvimento de uma cadeia de articulação e coordenação;
 - c. integração com projetos de melhoria de gestão no setor público, com redesenho de processos e não simplesmente a oferta de serviços e informações na Internet.

■ **Na qualidade das regulações:**

- implementar a aplicação da Lei Complementar nº 95, de 20 de fevereiro de 1998, estendendo-a, também, aos atos do Poder Executivo;
- desenvolver *benchmarking* de boas práticas, adotadas por outros países;
- implementar questionários equivalentes ao *check-list* da OCDE.

INOVAÇÃO



Por ser fonte primária do aumento da competitividade industrial e gerar impactos expressivos sobre as bases do crescimento econômico, a inovação deve ser elemento central da estratégia industrial brasileira.

A inovação nas empresas não se restringe a atividades de P&D. Ela resulta da aplicação do conhecimento para gerar novo valor às operações, ao introduzir mudanças tanto nos métodos e processos de produção dos produtos como na comercialização, gestão, logística e estratégia empresarial, fatores que impactam a capacidade competitiva.

No Brasil, a rota mais utilizada pelas empresas para inovar tem sido a aquisição de máquinas e equipamentos, e a inovação dá-se preponderantemente em relação à própria empresa, sem caracterizar inovações em face de processos e produtos existentes no mercado.

Elevados custos para promover inovação, riscos econômicos excessivos e escassez de fontes de financiamento são as principais dificuldades apontadas pelas empresas brasileiras comprometidas com a inovação.

No campo dos instrumentos de apoio, ainda que tenha havido avanços nos últimos anos, as políticas públicas de incentivos fiscais, subvenções econômicas, compras governamentais e as externalidades geradas pelo sistema nacional de inovação ainda não são suficientemente desenvolvidas e articuladas.

OS DESAFIOS

- Estimular a capacitação em inovação nas empresas industriais brasileiras.
- Criar um ambiente favorável à inovação.
- Consolidar a implantação do marco regulatório de fomento ao desenvolvimento industrial e tecnológico, em especial da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).
- Ampliar o acesso aos mecanismos de fomento da atividade inovativa por meio da difusão e implantação de instrumentos de financiamento e subvenção.
- Utilizar o poder de compra do Estado para estimular o desenvolvimento tecnológico nas empresas, seja na compra direta de fornecedores nacionais, seja no estabelecimento de requisitos de contrapartidas comerciais (*offsets*) em aquisições de produtos importados.
- Direcionar para as empresas os recursos dos instrumentos de fomento à inovação e ampliar a participação do setor privado no processo de decisão sobre a sua alocação em particular nos Fundos Setoriais.



A AGENDA

■ **Considerando a necessidade de se acelerar a participação das empresas brasileiras na geração de inovações, as principais prioridades de políticas públicas devem concentrar-se na:**

- efetiva implantação dos diversos instrumentos previstos em leis recentemente aprovadas, tais como incentivos fiscais à inovação da Lei do Bem, subvenção econômica da Lei da Inovação e incentivos fiscais da Lei de Informática;
- implantação das medidas de estímulo aos setores prioritários e portadores de futuro da PITCE;
- aprimoramento de marcos regulatórios favoráveis à inovação nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e energias alternativas;
- focalização na empresa da aplicação dos recursos dos Fundos Setoriais, acompanhada da ampliação da participação empresarial no processo de decisão quanto à alocação desses recursos;
- disseminação e operacionalização da nova política de financiamento do BNDES à inovação;
- aprimoramento da participação empresarial no CNDI, CCT e Conselho de Administração da FINEP e da ABDI.

■ **Por ser tarefa de longo prazo, o aprimoramento do Sistema Nacional de Inovação não se esgota nas iniciativas prioritárias.**

■ **Sem um planejamento adequado da infra-estrutura pública de pesquisa e a formação de quadros qualificados, não será possível alcançar os resultados desejados.**

■ **Embora o contexto atual demonstre haver oportunidades setoriais e tecnológicas para países em desenvolvimento, os obstáculos não são triviais. Nesse sentido, sugere-se a seguinte agenda complementar às prioridades:**

- redução dos custos que envolvem o risco da inovação nas empresas, por meio de incentivos fiscais e uso da **subvenção direta** para o setor privado, como mecanismo indutor das atividades de P&D;

- inserção de competências de P&D em áreas estratégicas por meio de uma política de **encomendas públicas** de desenvolvimento tecnológico em áreas críticas do ponto de vista social, econômico e ambiental;
- ampliação do **acesso ao crédito**, em especial para as pequenas e médias empresas, reduzindo as exigências de garantias e aumentando o *funding* disponível;
- aprimoramento dos programas e atividades vinculados à **Tecnologia Industrial Básica**, tais como:
 - a. Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC);
 - b. Programa Brasileiro de Normalização (PBN);
 - c. Programa de Modernização da Infra-estrutura de TIB;
 - d. Programa de estímulo à demanda empresarial, segundo modelo do bônus metrologia;
 - e. escritórios de propriedade intelectual.
- implantação de uma política de **modernização e ampliação do mercado de capitais**, na qual devem ser focados:
 - a. reforço do Programa Inovar;
 - b. busca de uma maior articulação com o BNDES;
 - c. reforço e desenvolvimento de políticas de investimento voltadas para pequenas e médias empresas;
- ampliação da participação empresarial nos diversos fóruns de decisão de políticas industriais e tecnológicas.

EDUCAÇÃO



A QUESTÃO

O baixo nível educacional da força de trabalho é um dos principais limitadores do crescimento do Brasil. Com a aceleração da taxa de inovação tecnológica mundial, possuir mão-de-obra educada – capaz de absorver e melhorar as novas tecnologias – é crucial para o desenvolvimento econômico do país.

Nos últimos anos, o Brasil apresentou desempenho significativo na busca pela universalização da Educação Básica e no aumento do nível educacional da população.

Não obstante, o Brasil focou seu esforço no lado quantitativo da educação e se esqueceu do qualitativo. Essa é a principal justificativa para o baixo efeito do crescimento do nível de escolaridade dos trabalhadores sobre a produção.

O País tem o desafio de concluir o processo de universalização da Educação Básica e, sobretudo, melhorar a qualidade da educação, equiparando-a aos níveis dos países desenvolvidos.

OS DESAFIOS

- Aumentar os investimentos em educação.
- Universalizar a Educação Básica com qualidade.
- Eliminar o analfabetismo funcional.
- Definir as políticas e instrumentos necessários para melhorar a qualidade da educação no País.
- Criar uma política educacional de Estado compromissada com metas de longo prazo.
- Criar um ambiente que estimule a busca pela educação continuada ao longo da vida.





A AGENDA

- **Aumentar e melhorar os investimentos em educação.**
- **Aprovar a criação do Fundeb.**
- **Construir um sistema de mensuração e avaliação da qualidade da educação para todos os níveis e modalidades: básico, profissional e superior.**
- **Estimular a participação dos pais no processo educacional.**
- **Investir em infra-estrutura/manutenção das escolas.**
- **Capacitar e valorizar o desempenho dos professores.**
- **Definir novos sistemas de financiamento para as Universidades.**
- **Distribuir recursos para a Educação Superior com base no desempenho.**
- **Estimular a interação universidade-empresa sobretudo no que tange à pesquisa colaborativa.**
- **Transformar o programa Inova Engenharia em uma ação de Estado.**
- **Fortalecer a Educação Profissional.**
- **Estimular o ensino técnico pós-ensino médio – cursos superiores de curta duração, de tecnologia e seqüenciais.**
- **Estimular a educação continuada dentro e fora do ambiente de trabalho.**

POLÍTICA COMERCIAL E DE ACESSO A MERCADOS



A QUESTÃO

As exportações vêm sendo o motor da economia brasileira desde 2001. A contribuição das vendas externas para o crescimento do PIB saltou de 0,7 ponto percentual, em 1999, para 2,9 pontos percentuais, em 2004. No ano passado, esse percentual registrou pequena queda, mas ainda assim as exportações mantiveram-se como a principal fonte de dinamismo da economia.

Desde 2004, o ritmo de crescimento das quantidades exportadas vem se reduzindo. Essa perda de dinamismo é reflexo do processo de valorização da taxa de câmbio que prejudica a rentabilidade das exportações. Essa rentabilidade caiu mais de 25% entre 2003 e 2005 e continua em trajetória de queda em 2006.

A continuidade do processo de valorização da taxa de câmbio e as tendências em curso no cenário internacional – como, por exemplo, a emergência da China como potência comercial – já estão trazendo impactos negativos sobre o desempenho exportador.

É preciso adotar medidas de política comercial que promovam ganhos de competitividade, de modo que compense os efeitos adversos dessas tendências.

Além dos permanentes esforços empresariais na busca de produtividade e eficiência, essas políticas devem envolver melhoria das condições domésticas de competitividade, política cambial coerente com a estratégia exportadora, negociações para a melhoria das condições de acesso a mercados externos e promoção comercial dos produtos brasileiros em mercados relevantes.

OS DESAFIOS

- Melhorar as condições do ambiente doméstico em que as empresas atuam, promovendo ganhos de competitividade sistêmica, que permitam reforçar a rentabilidade das exportações.
- Promover a atualização da legislação cambial de modo que elimine as distorções atuais que favorecem a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada.
- Identificar os instrumentos adequados de política comercial para impulsionar as exportações brasileiras em diferentes mercados.
- Definir com clareza o papel dos acordos regionais na política comercial brasileira.
- Dar foco à agenda de negociações comerciais, definindo as iniciativas prioritárias para melhoria das condições de acesso.
- Elaborar estratégia para lidar com ameaças e oportunidades, resultantes da emergência da China na economia mundial.
- Rever as estratégias brasileiras em relação ao Mercosul.
- Rever a estrutura institucional do comércio exterior brasileiro, tornando-a mais ágil e adequada aos objetivos prioritários de aperfeiçoar o ambiente doméstico e melhorar as condições de acesso dos produtos brasileiros aos mercados externos.





A AGENDA

- **Melhorar o ambiente doméstico em que se toma a decisão de exportar:**
 - **modernizar a administração aduaneira**, com a adoção de medidas de simplificação e desburocratização das operações de exportação (*vide* propostas no capítulo sobre desburocratização) e, mais além, da desvinculação normativa e institucional entre a administração aduaneira e a Secretaria da Receita Federal;
 - **modernizar a infra-estrutura de transportes e portos** (*vide* propostas no capítulo sobre infra-estrutura);
 - **definir uma solução permanente para a compensação dos créditos de ICMS na exportação;**
 - **melhorar o acesso das empresas de menor porte ao sistema de financiamento às exportações**, especialmente na fase de pré-embarque;
 - **ampliar o escopo dos mecanismos de garantia de crédito à exportação**, especialmente para bens de alto valor agregado que demandam prazos longos de financiamento;
 - **rever a atual legislação cambial**, dando celeridade à tramitação do PLS nº 32/2006, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.
- **Definir estratégia de acesso a mercados para as exportações brasileiras, que combine a negociação de acordos comerciais e ações de promoção comercial:**
 - **negociar acordos comerciais** com países prioritários, segundo critérios econômicos:
 - a. privilegiar as negociações de acordos de livre comércio com os EUA, México, Índia e África do Sul;
 - b. negociar acordos preferenciais com Tailândia, Rússia e os países do Conselho do Golfo.
 - **construir um programa de promoção comercial que seja complementar às iniciativas de negociação comercial;**
 - **conferir maior pragmatismo nas relações comerciais com a China;**

■ **Aprimorar a estrutura institucional do comércio exterior brasileiro, melhorando a coordenação entre distintos órgãos intervenientes de governo:**

- subordinar a Camex à Presidência da República, atribuindo-lhe as funções de coordenar o processo de tomada de decisões na política de comércio exterior e de comandar a implementação de decisões nas instâncias operacionais;
- definir regras e procedimentos institucionalizados para a interlocução entre o governo e o setor privado e entre o Executivo e o Congresso Nacional na área de negociações comerciais internacionais.

■ **Rever a estratégia brasileira para o Mercosul:**

- concentrar esforços na agenda de consolidação da área de livre comércio para evitar retrocessos que coloquem em questão a integração;
- fortalecer a Secretaria do Mercosul, dotando-a de recursos para desempenhar funções técnicas relevantes para o processo de integração.

■ **Avançar na consolidação de uma área de livre comércio na América do Sul, garantindo, nos mercados da região, melhores condições de acesso para os produtos brasileiros comparativamente aos de terceiros países.**



A QUESTÃO

A Indústria, na área de meio ambiente, tem como objetivo aprimorar o marco regulatório para que ele seja capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico e contribuir para a conservação ambiental.

O elevado número de normas e sua complexidade, ao lado do poder discricionário dos órgãos públicos, são os principais obstáculos a serem removidos.

O interesse da Indústria é participar da construção do desenvolvimento sustentável. Um ambiente regulatório mais favorável ao investimento, com equilíbrio ambiental, estimulará o crescimento econômico e contribuirá para a conservação do meio ambiente.

OS DESAFIOS

- Rever os marcos regulatórios de meio ambiente e torná-los mais estáveis, de forma que não inibam investimentos e garantam segurança jurídica aos empreendimentos.
- Estimular boas práticas na utilização dos recursos naturais por meio de incentivos econômico-financeiros, adoção de instrumentos de planejamento e de sistemas de gestão ambiental nas empresas.
- Simplificar os procedimentos para obtenção da licença ambiental, especialmente no que tange às exigências adicionais impostas pelos órgãos ambientais e à demora na análise dos processos.
- Garantir ao setor industrial adequadas condições de participação nos fóruns de representação normativos de meio ambiente.
- Refrear a exigência abusiva de medidas compensatórias sociais no âmbito do licenciamento ambiental e levar em consideração as ações de responsabilidade social das empresas.

10



A AGENDA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- **Aprimorar o marco regulatório, de modo que torne os processos de licenciamento ambiental mais transparentes e menos burocráticos.**
- **Harmonizar as legislações federal e estadual do processo de licenciamento, visando criar um modelo consistente em todo o País, sobretudo com relação a regras, prazos e custos.**
- **Incorporar critérios e limites para inclusão de condicionantes sociais nas licenças ambientais e contabilizá-las, quando possível, como parte da compensação ambiental prevista na Lei do SNUC.**
- **Fomentar a elaboração do zoneamento econômico ecológico com a participação ativa da Indústria.**
- **Propor mecanismos legais para regular papéis, competências e responsabilidades, além de coibir excessos de atores indiretamente envolvidos nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.**

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- **Aprimorar o marco regulatório, de forma que assegure a necessária segurança jurídica a investidores privados.**
- **Garantir a instituição de valor máximo para cobrança da compensação ambiental.**
- **Garantir que os recursos destinados à compensação ambiental sejam aplicados, preferencialmente, nas Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral, conforme previsto em lei.**
- **Definir metodologia de gradação de impacto – baseada em critérios técnicos definidos – para cálculo do percentual a ser auferido pela compensação ambiental.**

RECURSOS HÍDRICOS

- **Aprimorar os marcos regulatórios, para que a cobrança pelo uso da água firme-se como instrumento de gestão de recursos**

hídricos e não como fonte de arrecadação do Estado.

- **Aperfeiçoar a regulamentação entre comitês de diferentes domínios, especialmente nos casos em que a bacia hidrográfica não constitui unidade de gestão integral.**
- **Buscar fortalecimento institucional e marcos regulatórios que dêem consistência e efetividade às ações dos Comitês de Bacia.**
- **Estabelecer claramente a distinção entre outorga e licenciamento ambiental.**
- **Estabelecer a Política Nacional de Saneamento Básico.**
- **Garantir que receitas financeiras resultantes da cobrança pelo uso da água sejam vinculadas à respectiva bacia hidrográfica.**

RESÍDUOS SÓLIDOS

- **Definir a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**
- **Criar programas nacionais de estímulo aos conceitos mais avançados na gestão ambiental com uma forte interface com o tema de resíduos sólidos, como a Análise do Ciclo de Vida – ACV, o Design Ambiental e a “Produção Mais Limpa” (P+L).**
- **Criar instrumentos econômicos de incentivo à reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos resíduos.**
- **Criar programas de estímulo às cooperativas de catadores.**

FLORESTAS, BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS

- **Criar mecanismos que assegurem a participação da Indústria na discussão sobre políticas públicas e negociações internacionais sobre biodiversidade.**
- **Adotar marco legal para gestão de recursos genéticos e repartição de benefícios que estimulem os investimentos do setor produtivo.**
- **Implantar novo marco legal no que tange a concessões de florestas públicas.**
- **Ampliar o debate sobre o Plano Nacional de Áreas Protegidas e o Plano Nacional de Biodiversidade.**
- **Redefinir a política nacional para florestas plantadas.**



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- **Difundir as oportunidades de negócios relacionados a mudanças climáticas – em particular nos projetos de MDL – e ampliá-las para diversos setores empresariais.**
- **Criar mecanismos que assegurem a efetiva participação do setor industrial na discussão sobre políticas públicas e negociações internacionais relativas a mudanças climáticas.**
- **Reforçar o posicionamento brasileiro com relação à continuidade do Protocolo de Quioto pós-2012.**

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

- **Incorporar incentivos econômicos para bens industriais que assegurem ganhos ambientais.**
- **Simplificar o processo de licenciamento ambiental das empresas com sistemas de gestão ambiental implantados por meio do aumento de prazos de validade, redução de condicionantes e de custos para licenciamento.**

PARTICIPANTES DO PROCESSO

Este documento não poderia ter sido construído sem a colaboração de numerosos empresários e organizações empresariais da indústria. Registramos, assim, nossos agradecimentos às Federações de Indústrias; às entidades participantes do Fórum Nacional da Indústria; aos membros dos Conselhos Temáticos Permanentes da CNI; e aos representantes de cerca de 900 Sindicatos Industriais Patronais e Associações Nacionais Setoriais de todo o País, reunidos durante o Encontro Nacional da Indústria, realizado em Brasília, em 28 e 29 de junho de 2006.

FEDERAÇÕES DE INDÚSTRIAS

Federação das Indústrias do Distrito Federal	FIBRA
Federação das Indústrias do Estado da Bahia	FIEB
Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	FIEP
Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	FIEA
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	FIEG
Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso	FIEMT
Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul	FIEMS
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	FIEMG
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco	FIEPE
Federação das Indústrias do Estado de Rondônia	FIERO
Federação das Indústrias do Estado de Roraima	FIER
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina	FIESC
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	FIESP
Federação das Indústrias do Estado de Sergipe	FIES
Federação das Indústrias do Estado do Acre	FIEAC
Federação das Indústrias do Estado do Amapá	FIAP
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas	FIEAM
Federação das Indústrias do Estado do Ceará	FIEC
Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo	FINDES
Federação das Indústrias do Estado do Maranhão	FIEMA
Federação das Indústrias do Estado do Pará	FIEPA
Federação das Indústrias do Estado do Paraná	FIEP
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	FIEPI
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	FIRJAN
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte	FIERN
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul	FIERGS
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins	FIETO

ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DO FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA

Associação Brasileira da Indústria de Autopeças	ABIPEÇAS
Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente	ABIMCI
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos	ABIMAQ



Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção	ABRAMAT
Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeiteira	ABIP
Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal	ABITAM
Associação Brasileira da Indústria do Plástico	ABIPLAST
Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica	ABINEE
Associação Brasileira da Indústria Ferroviária	ABIFER
Associação Brasileira da Indústria Gráfica	ABIGRAF
Associação Brasileira da Indústria Química	ABIQUIM
Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção	ABIT
Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base	ABDIB
Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação	ABIA
Associação Brasileira das Indústrias de Calçados	ABICALÇADOS
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais	ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins	ABIPLA
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades	ABIFINA
Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário	ABIMOVEL
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes	ABIEC
Associação Brasileira de Bebidas	ABRABE
Associação Brasileira de Celulose e Papel	BRACELPA
Associação Brasileira de Cerâmica	ABC
Associação Brasileira de Cimento Portland	ABCP
Associação Brasileira de Concessionária de Energia Elétrica	ABCE
Associação Brasileira de Fundição	ABIFA
Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres	ABRACE
Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas	ABRAF
Associação Brasileira de Telecomunicações	TELEBRASIL
Associação Brasileira do Alumínio	ABAL
Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos	AENDA
Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos	ABRINQ
Associação de Comércio Exterior do Brasil	AEB
Associação Nacional da Indústria Cerâmica	ANICER
Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos	ELETROS
Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	ANFAVEA
Câmara Brasileira da Indústria da Construção	CBIC
Centro das Indústrias de Curtume do Brasil	CICB
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	CIESP
Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica	FEBRAFARMA
Instituto Brasileiro de Mineração	IBRAM
Instituto Brasileiro de Siderurgia	IBS
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial	IEDI
Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada	SINICON
União da Agroindústria Canavieira de São Paulo	UNICA

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
INSTITUTO EUVALDO LODI

SESI
SENAI
IEL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDÊNCIA

Presidente, em exercício: Carlos Eduardo Moreira Ferreira

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – CAL

Presidente: Carlos Eduardo Moreira Ferreira

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA – COINFRA

Presidente: José de Freitas Mascarenhas

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL – CII

Presidente: Osvaldo Moreira Douat

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE INTEGRAÇÃO NACIONAL – CIN

Presidente: Fernando de Souza Flexa Ribeiro

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE – COEMA

Presidente: Robson Braga de Andrade

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – COMPEM

Presidente: Lucas Izoton Vieira

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE POLÍTICA ECONÔMICA – COPEC

Presidente: Paulo Antonio Skaf

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE POLÍTICA INDUSTRIAL E

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – COPIN

Presidente: Rodrigo Costa da Rocha Loures

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE RELAÇÕES DO TRABALHO E

DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CRT

Presidente: Dagoberto Lima Godoy

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – CORES

Presidente: Jorge Parente Frota Júnior

DIRETORIA EXECUTIVA - DIREX

Diretor: José Augusto Coelho Fernandes

DIRETORIA DE OPERAÇÕES – DIOP

Diretor: Marco Antonio Reis Guarita

UNIDADE DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSES – GDI

Gerente-Executivo: Elizabeth da Silva Marinho

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL

Gerente-Executivo: Ricardo Mariano Marcondes Ferraz

Gerente-Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz



UNIDADE DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL – COMPI

Gerente-Executivo: Maurício Otávio Mendonça Jorge

Gerente-Executivo Adjunto: Wagner Cardoso

UNIDADE DE COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX

Gerente-Executivo: José Frederico Álvares

UNIDADE DE POLÍTICA ECONÔMICA – PEC

Gerente-Executivo: Flavio Pinheiro de Castelo Branco

UNIDADE DE RELAÇÕES DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO – RT

Gerente-Executivo: Simone Saisse Lopes

UNIDADE DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – NEGINT

Gerente-Executivo: Soraya Saavedra Rosar

UNIDADE DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – PAD

Gerente-Executivo: Renato da Fonseca

Superintendência Corporativa – SUCORP

Unidade de Comunicação Social – UNICOM

Coordenação do Projeto Editorial: Carla Gonçalves

Superintendência de Serviços Compartilhados – SSC

Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Normalização: Fernando Ouriques

Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão Gramatical

Informação Comunicação Empresarial

Impressão

Athalaia Gráfica e Editora

